



INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO REÚNE PRESIDENCIÁVEIS E APONTA COMO SETOR PODE ALAVANCAR A ECONOMIA NACIONAL

CANDIDATOS MARINA SILVA (REDE), GERALDO ACKMIN (PSDB), ALVARO DIAS (PODEMOS), CIRO GOMES (PDT) E HENRIQUE MEIRELLES (MDB) DISCUTEM AGENDA ESTRATÉGICA DA CONSTRUÇÃO E APRESENTAM PROPOSTAS PARA A RECUPERAÇÃO DO SETOR E DO PAÍS

Guilherme Kardel



José Carlos Martins, presidente da CBIC e porta-voz da Coalizão pela Construção, durante o encontro "O Futuro do Brasil na Visão dos Presidenciais 2018"

"O Futuro do Brasil na Visão dos Presidenciais 2018," primeiro evento após o fim do prazo para os partidos definirem os candidatos à Presidência da República em convenções nacionais, reuniu na última segunda-feira (06/08) os candidatos Marina Silva (Rede), Geraldo Ackmin (PSDB), Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e Henrique Meirelles (MDB), que concorrem à eleição presidencial no próximo mês de outubro. Promovida pela **Coalizão pela Construção**, a sabatina congregou, no auditório do Edifício Armando Monteiro Neto, em Brasília, 340 participantes, entre empresários da cadeia produtiva da construção civil e a imprensa nacional, sobre temas estratégicos, como segurança jurídica, crédito, planejamento e estímulo ao capital privado, que se atendidos poderão fazer com o que o

setor volte a gerar significativos números de emprego e renda. "O setor da construção é a locomotiva ou o freio da economia nacional", destaca o porta-voz do coletivo e presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins.

Em cada um dos painéis do evento, Martins mostrou aos candidatos que quando o governo cria programas de estímulo à construção, imediatamente o setor responde com a geração de empregos para a sociedade brasileira. O executivo destacou que a indústria da construção já chegou e empregar 3,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada na construção civil. Atualmente, com 2 milhões, o setor contabiliza uma perda de 1,4 milhão de trabalhadores. Só o Programa Minha Casa,



Da esquerda para a direita: Marina Silva (Rede), Geraldo Ackmin (PSDB), Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e Henrique Meirelles (MDB) no encontro O Futuro do Brasil na Visão dos Presidenciáveis 2018, realizado pela Coalizão pela Construção

Minha Vida (PMCMV) é responsável por cerca de 450 mil empregos diretos, independente de impactar 62 segmentos da economia. Já a cadeia produtiva corresponde ao emprego de uma faixa de 11 milhões de trabalhadores. "Na infraestrutura, se investíssemos o que precisaria para crescer a 4% ao ano, teríamos que investir 5% em infraestrutura do PIB. Nós investimos no ano passado 1,4% Esse gap equivale a 1,7 milhão de empregos diretos," aponta Martins.

Durante os debates, os candidatos puderam se posicionar sobre pontos referentes a investimento público; a entrada de produtos e profissionais estrangeiros para atuar no País; como pretendem tratar a exportação de serviços de engenharia; como reverter o chamado "Apagão das Canetas", onde o gestor por medo de ser processado simplesmente não toma decisões, e como garantir ao servidor as condições necessárias ao pleno exercício de suas funções, garantindo segurança jurídica e os blindando de investidas de órgãos de controle e Ministério Público. Puderam também apresentar ideias/propostas para a recuperação do setor da construção, em questões como planejamento, segurança Jurídica, habitação e crédito. Confira a seguir:

MARINA SILVA (REDE)

Investimento Público

Pretende limitar o crescimento do gasto público à meta-de do aumento do PIB.

Para requalificar o investimento, considera importante

modernizar as relações entre o setor público e o setor privado, usando o máximo das parcerias para que estados e iniciativa privada tenham ações que sejam complementares.

Indústria: protecionismo x isonomia

Pretende criar mecanismos para a entrada de engenheiros estrangeiros e outros profissionais no Brasil, sem que isso signifique desregramento.

Reconhece a importância da transferência de tecnologia, mas por meio de acordo de cooperação técnica, e da parceria com investimento externo.

Segurança Jurídica

A favor do aprimoramento dos marcos legais do licenciamento ambiental. Defende que um bom licenciamento pode garantir agilidade para as obras, sem perder a qualidade dos projetos, e segurança jurídica, além de ser fundamental para garantir a retomada dos investimentos em infraestrutura.

Acredita que a blindagem do servidor público, para evitar o "Apagão das Canetas", passa pela qualidade dos projetos.

Favorável a criação de mecanismos, como o seguro para as obras, que propicie ao empreendimento a proteção contra aditivos injustificados.

Sobre a morosidade das desapropriações, disse que já há mecanismos utilizados pelo Poder Público para a questão.

Crédito

Para destravar a economia, pretende diversificar o

crédito imobiliário. Estuda a entrada de novos *players*, como as *finthechs* (empresas de tecnologia no setor financeiro).

Defende o cadastro positivo, que tramita no Congresso Nacional.

Impostos

Favorável à unificação de cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Reformas

Adepta à reforma tributária, para criar um ambiente de negócio favorável no País

A favor da reforma da Previdência, com foco no combate aos privilégios.

MCMV

Pretende aperfeiçoar o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para sanar o déficit de moradia digna no País.

A favor do combate aos guetos de pobreza com moradias sustentáveis, em bairros com infraestrutura.

Infraestrutura

Pretende ampliar a proporção de investimento no setor de infraestrutura, passando dos atuais 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para, pelo menos, 4% do PIB.

Almeja investir em energia renovável, em obras de drenagem e em mobilidade urbana, além de universalizar o saneamento básico.

GERALDO ALCKMIN (PSDB)

Reformas

Pretende propor a reforma tributária, reduzindo a quantidade de tributos a cinco; a Reforma da Previdência, com o objetivo da justiça social; a reforma do Estado, e a reforma política.

Segurança Jurídica

Garante que as agências reguladoras não serão dirigidas por nomes indicados por partidos políticos.

Defende a abertura comercial e diminuição da interferência do governo na atuação empresarial.

Pretende desburocratizar, desregulamentar e estimular

a atividade empreendedora para destravar a economia.

Habitação

Defende a revisão do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, para que os recursos do FGTS sejam destinados para projetos de moradia, mobilidade e infraestrutura.

Crédito

Pretende aumentar o número de instituições bancárias e a competitividade no setor.

Favorável a entrada de novos *players*, como as *fintechs*, para aumentar a competição no sistema bancário e a queda na taxa de juros para baratear o crédito.

Defende a Lei Geral das Garantias, a Lei do Distrato e um sistema de cadastro que dê mais segurança ao mercado.

Infraestrutura

Ciente de que a área de saneamento ainda tem tudo por fazer, inclusive a necessidade de investimentos em logística.

Reformas

Pretende realizar, ainda no primeiro ano de mandato, as reformas tributária, previdenciária, política e de Estado.

ALVARO DIAS (PODEMOS)

Reformas

Defende a reforma do Estado, como solução para que o país tenha recursos para fomentar o desenvolvimento, e o combate à corrupção.

Favorável à redução da máquina pública, com a redução de ministérios – cerca de 15 – e de privilégios.

Não aceitará indicações políticas para ministérios e agências reguladoras.

A favor da redução da carga tributária, simplificando o seu modelo.

Segurança Jurídica

Defende mais transparência para a dívida pública brasileira.

Para recuperar o investimento público no setor da construção, entende que o ajuste fiscal tem que ser acompanhado de crescimento econômico, por isso a necessidade da segurança jurídica e do combate à corrupção.

Favorável à melhoria do ambiente de negócio para acabar com a burocracia que impede o País de crescer.

A favor da diminuição dos emolumentos cartorários.

Crédito

A favor da redução das taxas de juros.

Habitação

Defende o aprimoramento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com previsão de creches e transportes públicos próximos às residências.

Infraestrutura

Deseja recuperar a credibilidade junto ao setor privado para utilizar nas PPPs, concessões e privatizações os mecanismos de fomento que o País dispõe (Banco do Brasil, Caixa e BNDES).

CIRO GOMES (PDT)

Planejamento

Pretende redesenhar o pacto federativo brasileiro. Garante que todas as obras de transporte urbano no Brasil, que hoje custam cerca de R\$ 300 bilhões, vão ser resolvidas em até 10 anos.

Segurança Jurídica

Pretende criar dois milhões de empregos no primeiro ano de governo, com fomento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para criação de complexos industriais nas áreas da construção civil, saúde, agro-negócio e petróleo, óleo e gás.

Favorável a repensar a Lei das Licitações, a Lei de Desapropriações e a Lei do Licenciamento Ambiental.

Crédito

Pretende forçar a competição entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para pressionar a queda

dos juros no País.

Defende o equilíbrio do câmbio, das taxas de juros e da tributação para aumentar a competitividade no Brasil.

A favor de 'reindustrializar' o Brasil para equilibrar as contas, por acreditar que o consumo não vai fazer o Brasil crescer.

Infraestrutura

Promete concluir as obras paralisadas e ter empenho na infraestrutura e logística no País. Diz que o valor arrecadado pelo governo federal, de cerca de R\$ 3 bilhões, das empresas de saneamento com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Pasep, será devolvido em investimentos em água e esgoto.

HENRIQUE MEIRELLES (MDB)

Reforma

A favor das reformas da Previdência e tributária para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos. Segundo ele, se a Reforma da Previdência for aprovada, conjugada ao teto dos gastos, as despesas – que hoje representam 20% do PIB e podem subir para 25% em 10 anos – vão cair para 15%.

Segurança Jurídica

Defende o "destravamento completo" do sistema de privatização do País e uma maior segurança jurídica para o investidor.

A favor de agilizar processos de licenciamento ambiental, demandas da justiça trabalhista e de órgãos de regulação e de controle.

Defende a redução da "parafernália burocrática".

Infraestrutura

Anunciou o 'Programa Brasil Integrado', amplo projeto de infraestrutura urbana, interurbana e de longa distância.

Metas de curto, médio e longo prazos, passam pela retomada imediata de mais de 7 mil obras que estão paralisadas, com investimentos na ordem de R\$ 80 bilhões.

COALIZÃO PELA CONSTRUÇÃO

O Coletivo atua na defesa institucional da agenda estratégica da construção, estabelecendo diálogo com diversos atores em torno de temas de interesse comum para resgatar o desempenho das suas empresas. No encontro **O Futuro do Brasil na Visão dos Presidenciais 2018**, mediado pelo jornalista Fernando Rodrigues, do Poder 360, a cadeia produtiva do setor da construção esteve representada pelos seguintes dirigentes da **Coalizão pela Construção**:

Marina Silva (Rede) - Renato Gaspareto, conselheiro do Instituto Aço Brasil, e Íria Lícia Oliva Doniak, presidente executiva da Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto (ABCIC).

Geraldo Alckmin (PSDB) - Maria Elizabeth Cacho do Nascimento (Betinha), vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC.

Alvaro Dias (Podemos) - Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, e Ramon Rocha, vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

Ciro Gomes (PDT) - Evaristo Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), e Paulo Camillo Penna, presidente da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

Henrique Meirelles (MDB) - Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, e Sérgio Bautz, conselheiro da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).



PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO
E SUSTENTABILIDADE
22ª EDIÇÃO

INSCRIÇÕES ATÉ
31 DE AGOSTO

correalização



realização



CMN FOMENTA MATURIDADE DO MERCADO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO

PH Freitas/CBIC

José Carlos Martins, presidente da CBIC

As medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), dias atrás, colocam o mercado imobiliário brasileiro em novo patamar, criando as condições para um financiamento do mercado imobiliário mais maduro e alinhado com países que já têm este como a mola propulsora de suas economias. Essa conquista é fruto de um trabalho técnico qualificado em que mostramos o potencial do mercado nacional e a importância do aprimoramento das regras para realizá-lo – esse tema está na agenda estratégica da CBIC há vários anos. O governo federal dá novo sinal de sensibilidade e contribui, de forma decisiva, para o reaquecimento desse setor. Na prática, teremos geração de emprego e renda, assim como um mercado mais atraente para o empreendedor e o comprador.

A Resolução 4.676 aumentou o volume de recursos dos depósitos da caderneta de poupança destinada ao

financiamento para a aquisição, construção, reforma e ampliação de imóveis residenciais. Nos próximos anos, o mercado poderá movimentar mais R\$ 80 bilhões do que estava previsto para o setor, impulso que terá impacto decisivo também para a economia como um todo. Estes valores serão consolidados nos balanços dos agentes financeiros e colocados no mercado em 72 meses. As medidas tratam, ainda, da flexibilização das condições de contratação dos financiamentos imobiliários com recursos dos depósitos de poupança. Essas operações deixam de ser atreladas a limites de valor de avaliação do imóvel e de taxa de juros, permitindo que financiamentos por agentes financeiros sejam corrigidos por índices de preço – essa mudança revoluciona o mercado brasileiro ao permitir que carteiras possam ser vendidas a investidores institucionais.

As novas regras exigem que o direcionamento

mínimo de 65% dos recursos captados em depósitos de poupança sejam exclusivos para financiamento imobiliário, sendo que 80% desses recursos devem ser destinados, obrigatoriamente a imóveis residenciais. Também foram aprovadas medidas que estimulam o financiamento da poupança para imóveis de até R\$ 500 mil.

Apesar da crise que freou a atividade econômica de 2014 para cá, a CBIC nunca duvidou da recuperação do desempenho da caderneta de poupança, importante fonte de financiamento do mercado imobiliário, e vinha alertando para a necessidade de manter o direcionamento dos seus recursos para o setor. Mais que confiança, fomos movidos por uma demanda real e reprimida pela crise, que poderia ser atendida em um ambiente de negócios mais amigável.

As medidas aprovadas pelo CMN trarão novos *players* ao mercado, melhorarão o fluxo do crédito, tornando as operações mais aderentes ao perfil atual do setor, e estimularão novos *fundings*, aumentando a oferta de recursos. O conselho também ampliou o limite de financiamento de imóveis com recursos do FGTS para 1,5 milhão, abrindo espaço para novos compradores.

As medidas anunciadas renovam a confiança do empreendedor e demonstram que o diálogo, quando combinado com sensibilidade e foco no bem coletivo, sempre produz avanços. Ainda restam gargalos a serem superados, como a regulamentação do distrato, mas o mercado imobiliário brasileiro terá, a partir de janeiro de 2019, mais condições de desenvolver-se.

A **GEO | CONVÊNIO DE SEGUROS** DESENVOLVEU UM **PRODUTO ESPECIAL** QUE TE OFERECE COBERTURAS ADEQUADAS COM AS **MELHORES TAXAS** DO MERCADO BRASILEIRO

Na obtenção de crédito para financiar os seus empreendimentos, você pode utilizar imóveis como garantia. Nesse caso precisará contratar um **Seguro de Danos Físicos ao Imóvel (DFI)**.

BAIXAR GUIA DO PRODUTO



Seguradora:



BNDES REVISA PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E TORNA FINANCIAMENTO MAIS CÉLERE E SIMPLIFICADO PARA SETOR DE INFRAESTRUTURA

EMPRESAS TERÃO CRÉDITO PRÉ-APROVADO E CONTRATADO E PODERÃO EFETUAR A COMPRA DE EQUIPAMENTO NO MOMENTO QUE DESEJAREM

Sergio Moraes



CBIC Mais: O BNDES está migrando da estratégia de financiar projetos para financiar clientes como forma de aumentar a liberação de crédito. Quando a nova medida entrará em vigor para as empresas de infraestrutura, que enxergam na iniciativa um estímulo ao setor da construção?

BNDES: O BNDES está revisando seu processo de concessão de crédito, que busca tratar de formas diferentes o apoio a investimentos mais simples — como a aquisição de equipamentos, por exemplo — e o financiamento a projetos mais complexos — como os industriais ou de infraestrutura. Um exemplo disso é o BNDES Finame Direto, por meio do qual as empresas poderão acessar o Banco diretamente e contar com financiamento muito mais célere e simplificado para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Essa é uma ação que impacta todos os setores, inclusive o de infraestrutura.

C.M: Há limitação de financiamento definida para o tamanho do empreendimento?

BNDES: Tipicamente, o BNDES financia entre 60% e 80% do empreendimento, mas é importante destacar que o Banco possui linhas de apoio para todos os portes de empreendimentos e empresas.

C.M: O banco também anunciou que terá operação digital com crédito pré-aprovado para as empresas de médio e grande porte que quiserem comprar máquinas e equipamentos nacionais. O que o setor da construção pode esperar dessa novidade?

BNDES: O setor de construção civil, assim como qualquer outro setor da economia, poderá se beneficiar da possibilidade de contar com uma linha de aquisição de máquinas e equipamentos nacionais mais ágil, com prazos mais flexíveis e que se adapta melhor às necessi-

dades das empresas. Em termos práticos, as empresas terão um crédito pré-aprovado e contratado e poderão fazer a compra do equipamento no momento em que desejarem.

C.M: Quais as vantagens da linha de financiamento para as empresas do setor da construção?

BNDES: O BNDES Finame Direto traz grande flexibilidade para o cliente. Os prazos de carência e amortização serão selecionados pela própria empresa no pedido de liberação, tendo como base uma lista de opções previamente definidas em contrato. Para cada opção de prazo, haverá uma taxa de juros associada. Além disso, o processo de concessão do crédito será muito mais rápido e simplificado.

C.M: Há previsão de acesso a essa linha de financiamento também para as pequenas empresas da construção civil?

BNDES: Por se tratar de uma nova forma de apoio, o BNDES trabalha, inicialmente, com a possibilidade de apoio direto para médias e grandes empresas. As pequenas empresas, porém, podem contar com outras linhas de crédito, como o Cartão BNDES.

C.M: Como serão definidos os limites e as linhas de crédito para as empresas?

BNDES: O valor é definido mediante análises de cadastro e de crédito do interessado.

C.M: Qual a expectativa de prazo de financiamento e quais setores serão beneficiados?

BNDES: O BNDES Finame Direto tem, tipicamente, prazo total entre 8 e 10 anos, incluindo até 3 anos de carência. Não haverá restrições setoriais.

C.M: Como as empresas devem proceder para terem acesso à linha de crédito?

BNDES: Neste momento, por ser um produto novo, o BNDES Finame Direto está sendo testado em formato piloto. As empresas do setor devem procurar o BNDES.

C.M: Quais são os documentos necessários para a análise de risco de crédito das empresas? Onde elas podem obter informações sobre a adequação para a concessão do crédito?

BNDES: As análises de cadastro e de crédito seguem os padrões bancários. Serão solicitados documentos, tais como as fichas cadastrais da sociedade e as demonstrações financeiras da empresa. Assim que a fase piloto se encerrar, todas as informações para solicitação estarão disponíveis no site do BNDES.

Conversar é sempre melhor do que brigar



José Duarte,
trabalhador da construção,
e sua família

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA
O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

 DIA NACIONAL
DA CONSTRUÇÃO
SOCIAL
EDIÇÃO 2018

 O Futuro
dos nossos filhos

DIA 18 DE AGOSTO

FATURAMENTO DEFLACIONADO DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Faturamento deflacionado	% de julho/18 comparado a junho/18 *	% de julho/18 comparado a julho/17	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses (móvel)
Total	1,1%	5,7%	1,7%	1,8%
Base	2,4%	10,0%	2,4%	2,8%
Acabamento	-0,1%	-0,2%	1,5%	0,5%

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat).
* Ajuste sazonal.

AGENDA


18 de agosto

EDIÇÃO 2018 DO DNCS
DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL –
O FUTURO DOS NOSSOS FILHOS
Simultaneamente em 27 localidades do País



29 de agosto

ROAD SHOW 2018 - DA CONCEPÇÃO
À CONSTRUÇÃO EM AÇO
Horário: 17h30
Local: Sindicato da Indústria da
Construção Civil da Grande Florianópolis
Rua Rio Branco, 1051, Centro, Florianópolis, SC



29 de agosto

REUNIÃO DA COMISSÃO DA INDÚSTRIA
IMOBILIÁRIA (CII) DA CBIC
Horário: 9h às 15h
Local: Secovi-SP - Rua Dr. Bacelar, nº 1043



Inscrições até 31 de agosto de 2018

PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE -
O FUTURO É COM VOCÊS
[Clique aqui e se inscreva.](#)



08 de novembro

REUNIÃO DO CONJUR/CBIC
Local: auditório do Sinduscon-PR - Rua João
Viana Seiler, 116 - Parolin, Curitiba, Paraná

09 de novembro

III SEMINÁRIO CONJUR – IMPACTOS DA
INTERFÊNCIA DO PODER PÚBLICO NA
ATIVIDADE EMPRESARIAL
Horário: 8h às 18h30
Local: auditório do Sinduscon-PR - Rua João
Viana Seiler, 116 - Parolin, Curitiba, Paraná

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013